



MPV 302

00067

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 03/07/2006		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 302/2006	
AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ		Nº PRONTUÁRIO 337	
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01/01	ARTIGO 17	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

O art. 17 da MP 302, de 2006, que no seu Art. 17 dá nova redação ao Art. 4º da Lei nº 10.910, de 6 de dezembro de 2002, passa a ter o seguinte Parágrafo único:

"Art. 4º.

Parágrafo único - A GIFA de que trata o *caput* deste artigo será devida às aposentadorias e às pensões nas seguintes condições:

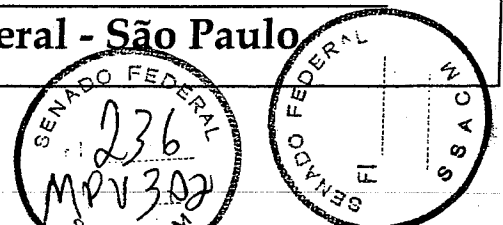
- as que vierem a ocorrer antes de transcorrido o período a que se refere à parte final do *caput* deste artigo aplica-se o percentual e valor máximos a que o servidor faria jus se estivesse em atividade;
- as que ocorreram antes da vigência desta Lei aplica-se o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004.

....." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A concessão das vantagens conferidas pela legislação aos proventos da inatividade devida pela PARIDADE entre ativos e inativos, de acordo com a regra Constitucional (Art. 40, § 8º). A legis em vigor quanto a concessão da Gratificação de Atividade Tributária - GAT, confere aos proventos aposentadorias e pensões a integralidade remuneratória. Agora, em relação a GIFA é criada a distinção concessão de percentuais, pois pretende conferir apenas 50% do valor da GIFA. Trata-se de gratificação objetivo é abranger todos os servidores envolvidos na atividade, ainda que para tanto se aprecie também contribuição de cada um ao resultado obtido (conforme RE 397872-DF, relator o ministro Carlos Brito 19.11.2004). Em contexto dessa natureza, o legislador deve preservar a aplicação da PARIDADE pela extensão valor igual das vantagens aos proventos de inativos e às pensões. Tem esta emenda o objetivo impedir o rompimento da isonomia entre ativos e inativos, imperativo constitucional que não pode ser afastado em razão de outra norma da própria Carta (ADIn 1.835, relator o Ministro Sepúlveda Pertence, RTJ 172/439). Por tais motivos pede-se o endosso dos nobres Pares à emenda sob justificativa. Cumpre-nos acrescentar de que a presente emenda nos foi sugerida pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais de Previdência Social - ANFIP

Arnaldo Faria de Sá - Deputado Federal - São Paulo



O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS